

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992 (O Homem e a História).

A prática da História vem tomando um novo rumo nos últimos anos, no qual o recurso às imagens, aos textos e às ações passou a ter um lugar de destaque no entendimento e interpretação do passado.

Em vista disto, os próprios modelos explicativos da história social, até então em vigor nos meios acadêmicos, tiveram os seus focos de análise direcionados para a história da cultura, o que vem possibilitando aos historiadores a compreensão das relações econômicas e sociais, de uma dada época e sociedade, enquanto campos de prática e produção cultural.

Lynn Hunt, em seu livro *A Nova História Cultural*, nos introduz nos domínios da recente história da cultura, através de uma série de ensaios escritos por pesquisadores do assunto e que, de uma forma clara e crítica, dialogam com os pressupostos teórico-metodológicos propostos por vários estudiosos preocupados com a questão da cultura.

Os ensaios reunidos por Hunt, neste sentido, desafiam os paradigmas da história moderna e sua herança cientificista do século XIX, tornando-se leitura obrigatória para aqueles que iniciam seus estudos na esfera da cultura e que conseguem visualizar, neste campo, uma rica possibilidade de reflexão sobre a forma como os homens e as mulheres do passado viviam, pensavam e agiam na sua sociedade.

A primeira parte do livro detém-se na discussão-problemática em torno dos modelos de história cultural e nada mais provocativo do que o primeiro capítulo, escrito por Patrícia O'Brien, sobre "A História da Cultura de Michel Foucault".

A autora lamenta o fato dos fundamentos teóricos de Foucault, apesar de reunir tantos seguidores e críticos, não ter sido compreendido segundo aquilo que de fato representa: "um modelo alternativo para a escrita da história da cultura" (p. 34).

Com uma postura controvertida entre os historiadores, Foucault estudou a cultura pelo prisma do poder e procurou apreendê-lo nos caminhos mais inóspitos da intimidade e das relações humanas, como o amor, o acontecer dos sentimentos, as prisões, a consciência, o instinto e o discurso médico. Segundo O'Brien, com suas histórias ele tentava romper com os modelos sócio-históricos e assim, reformular a disciplina que o excluía, bem como superar os seus próprios limites no entendimento do passado.

Foucault concebia a linguagem-discurso como um meio de apreensão da transformação, sendo que os discursos eram campos nos quais se ordenavam os objetos sociais – Estado, corpo, sociedade, sexo – não apenas como meros signos, mas como relações de poder.

Suzanne Desan nos faz seguir por uma trilha diversa de análise, colocando-nos diante da esfera da “Massa, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis”. A análise cultural destes dois autores esforçou-se, sobretudo, por desvendar as atitudes e comportamentos populares. Tanto Thompson, quanto Davis combateram a visão limitada e deturpada de que “os desordeiros” “eram hordas ingovernáveis que praticavam uma violência gratuita: sem finalidade e motivações racionais”

Propuseram, portanto, a decodificação dos padrões e rituais do tumulto como forma de se desvendar a percepção que seus participantes tinham do seu significado e da sua validade.

Mas Desan não deixa de salientar e propor para o debate os limites das interpretações destes dois autores. Examinando os aspectos fundamentais de *The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth-Century*, escrito por Thompson, argumenta se o “consenso comunitário” thompsoniano não poderia sugerir uma comunidade mais coesa do que de fato existia? Haveria luta pelo poder no interior da própria massa?

Desan afirma ainda que em *The Rites of Violence* (p. 65), Davis tendeu a interpretar o tumulto religioso como fenômeno cultural, que mesmo diante da violência procurou e buscou preservar a ordem e a pureza comunitária. Entretanto, e segundo a própria Desan, a revolta não poderia ter agido (também) no sentido de redefinição comunitária, obrigando os agentes históricos a recriarem seus conceitos tradicionais de comunidade?

O comportamento dos populares de imitarem as atitudes oficiais não poderia estar significando além de uma atribuição de legitimidade às suas próprias ações uma forma de ridicularização e crítica às incoerências dessas próprias atitudes?

Nas teias deste diálogo de Suzanne Desan com as propostas de história cultural de Thompson e

Davis, nos deparamos com questões contundentes e que nos levam a pensar de uma maneira menos estática sobre as práticas populares antes vistas como meros instrumentos de preservação das atitudes comunitárias e tradicionais.

Uma das intenções de Lynn Hunt com a apresentação da *A Nova História Cultural* é a de mostrar como o avanço dos estudos na história da cultura acabou induzindo os historiadores a penetrarem em outros campos do conhecimento humano, como a linguística e a antropologia.

Neste sentido, o ensaio de Aleta Biersack, cuja análise confronta as perspectivas teóricas de dois importantes antropólogos como Clifford Geertz e Marshall Sahlins e seus mais contundentes críticos, tem o mérito de nos colocar em contato com o debate que vem ocorrendo atualmente entre a antropologia e a história.

Biersack salienta que em *A Interpretação das Culturas*, Geertz propõe para análise os critérios de uma “descrição densa” e no estudo de uma cerimônia pública, como o *Negara*, descreve um conjunto de idéias cultuadas e significativamente veiculadas.

Entretanto, os critérios da “descrição densa” trazem algumas limitações para a análise histórica, pois segundo Biersack, ela conduz a um estatismo, porque apenas fornece uma descrição de uma dada sociedade passada, localizada num lugar qualquer. Ronald Walter diria que a “descrição densa” não liga as coisas e apenas oferece uma leitura de situações, rituais e instituições, isoladamente e por conseguinte apenas descreve e não problematiza.

William Roseberry avança nas suas críticas, questionando as unidades de análise antropológicas. “Serão as culturas ilhas para si mesmas, e será que a forma de conhecê-las é colocá-las, como faz Geertz, em estruturas de consciência locais?” (p. 111). Não deveria haver uma integração entre perspectivas globais e locais?

Em *Historical Metaphors and Mithical Realities*, Sahlins afasta-se das controvérsias acima e nos coloca diante de uma análise inspirada no estruturalismo. Segundo Biersack, Sahlins questiona a forma como ocorre o reordenamento da cultura ao longo do processo histórico, estabelecendo, assim, uma relação dialética entre reprodução e transformação.

Sua idéia de signos em ação admite que categorias e valores são mobilizados de acordo com a situação, logo, os esquemas culturais são historicamente reordenados. Como são usados historicamente, os signos tanto funcionam como reprodutores, como transformadores do significado original.

Porém, diante desta perspectiva, Sahlins entra em confronto com Anthony Gyddens, que vê a semente da transformação em todas as ações que contribuem para a reprodução de qualquer forma “ordenada de vida social.

Uma outra esfera de análise, na qual a história da cultura vêm penetrando é a da linguagem, tida como meio de criação e descrição da realidade.

Em *Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o Desafio Literário de Hayden White e Dominick La Capra*, Lloyd S. Kramer realiza a difícil tarefa de acompanhar o percurso teórico destes dois historiadores-poéticos.

Kramer reúne ambos numa abordagem crítico-literária e procura mostrar como seus modelos de análise representam um rompimento com a metodologia histórica tradicional e com os paradigmas literários e científicos do século XIX.

Segundo White, um dos maiores tabus historiográficos refere-se à distinção entre fato e ficção. Os historiadores recusam ver o elemento imaginário em suas obras, considerando que superaram a ficção e, diante disto, traçaram fronteiras muito rígidas para a disciplina histórica.

A análise de White das estruturas fictícias e filológicas das narrativas históricas sugere características estruturais coerentes, o que o difere de La Capra,

cujas posturas teóricas de defesa de situações de conflito entre texto e contexto, desafiam a perspectiva histórica de explicar a realidade em termos de coerência absoluta. A análise deste autor sugere, portanto, tensões internas entre narrativas históricas e objetos de investigação.

Como o estudo da história, segundo este dois autores, deve ser sempre e em certa medida, o estudo da linguagem, as fontes as quais o historiador pode recuperar questões lingüísticas são a crítica literária e as grandes obras criativas da tradição literária. A forma literária, na medida em que libera a linguagem, desafia as categorias predominantes em torno de esferas culturais.

La Capra propõe uma postura dialógica entre categorias opostas, como o diálogo entre idéias opostas no interior de textos específicos, entre historiadores e o passado é entre textos e contextos, não como uma mera dicotomia, mas como sobreposições.

Ainda segundo esta concepção dialógica, o passado sempre esteve presente no historiador e este, por sua vez, sempre esteve inserido num passado lingüístico-filosófico cabendo-lhe, portanto, respeitar e dialogar com as vozes deste passado.

Em seu ensaio crítico, Kramer sugere que tanto a literatura, como a abordagem literária contribuem, de forma significativa, para a busca incessante da realidade histórica, além de levar à formas de pensamento que desafiam hierarquias, relações sociais e categorias teóricas que regem a sociedade e a história moderna.

Os ensaios reunidos por Lynn Hunt na segunda parte do seu livro nos fornecem a dimensão prática destes novos modelos de história cultural.

Mary Ryan, por exemplo, estudando as metamorfoses da parada norte-americana, durante o século XIX, historiciza a função da parada e mostra como este movimento criou um senso de comunidade na sociedade dos Estados Unidos, na medida em que expressava divisões sociais e de gênero.

A parada, na interpretação de Ryan, nos permite recuperar eloquentes vozes de culturas do passado e na medida em que representa um documento histórico, pode ser analisada segundo os procedimentos utilizados na análise literária, pois, dadas as inúmeras possibilidades de sua interpretação, assemelha-se a um texto de múltiplos autores, no qual uma série de participantes escolhem e levam seus símbolos para o desfile.

Portanto, diversos indivíduos e grupos sociais atuaram no campo das coerções sociais, das normas e dos códigos desejosos de se estabelecerem heemonicamente, mostrando, assim, que a parada insere-se na categoria de processo histórico, no qual o significado cultural é constantemente recriado e não meramente reproduzido segundo imposições oficiais.

Roger Chartier, no capítulo “Textos, Impressão, Leituras”, nos decifra a história dos textos e dos livros enquanto uma história da variação de práticas de leitura. Inspirando-se na indagação levantada por Fernando Rojas no prólogo da sua *Celestina* (1507), Chartier questiona: por que os textos, literários ou não, são utilizados, entendidos e avaliados de diferentes formas, desde a sua primeira publicação? Como um mesmo texto pode ser instrumento de discórdia entre seus leitores, devido divergência de opiniões?

Através da sua noção de “apropriação” podemos encontrar alguns indicadores que contribuem para elucidarmos estas questões, pois tal noção nos permite avaliar as diferenças na partilha cultural e na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção das idéias contidas num texto ou livro.

Por conseguinte, as palavras e os textos não podem ser classificados como meramente aculturadores, pois as práticas de apropriação são pouco redutíveis aos desejos daqueles que produzem os discursos e as normas. Chartier defende, assim, uma autonomia criativa do leitor (p. 235) e com isto inválida a própria dicotomia entre cultura popular e cultura erudita.

Basta pensarmos nas leituras de Menocchio, o moleiro do Frueli? Como considerar as suas apropriações de objetos teóricos tidos, na ocasião, como desconhecidos nas esferas populares?

No âmbito da narrativa histórica e do apoio dos recursos literários, Thomas W. Laqueur nos mostra como as narrativas humanitárias dos séculos XVIII e XIX – boletins médicos, autópsias e o própria romance – utilizaram a descrição da dor e da morte do indivíduo como forma de se alcançar a veracidade e ligar o leitor ao texto, despertando-lhe o sentimento de compaixão.

As técnicas narrativas dos inquéritos e dos romances faziam o público-leitor se identificar com os sofrimentos das vítimas e propiciavam-lhe a sensação de capacidade de controlar os males provocados por estes sofrimentos.

Se neste ensaio de Laqueur o corpo assume a configuração de um *locus* comum de solidariedade no de Randolph Starn o teto de uma das salas do Castelo dos Gonzaga, em Mântua, serve de espaço para o estudo da cultura e das manifestações políticas de uma época. Analisando os afrescos renascentistas pintados por Andrea Mantegna (1431-1506), Starn desenvolve três relações de olhares exigidos ao observador – relance, visão calculada e olhar perscrutador – como possibilidade de se recuperar os vestígios do poder.

Privilegiando o “ver” ao “ler” o autor tanto ressalta a importância da documentação artística para a construção do conhecimento histórico como introduz novos termos para o debate “artístico-histórico”. Como ele mesmo afirma “a pesquisa de documentos, a iconografia, o conhecimento e os paradigmas vigentes da história da arte entraram (na sua análise) somente de modo marginal” e com o propósito de “abrir caminho para uma gama completa e minuciosa de reações às exigências formais da arte, não só porque a arte é uma questão de formas, mas também porque as formas da arte moldam e são moldadas pe-

las configurações históricas da cultura, do poder e da autoridade” (p. 313).

No âmbito destes conteúdos, não podemos dizer que o trabalho de Hunt e seus colaboradores tenha pretendido apresentar métodos para o conhecimento histórico. Seus esforços foram muito mais de colocar o historiador diante de novas abordagens e

questões propostas pela história da cultura. A leitura destes ensaios deixa-nos com a sensação de provisoriedade, de que não existem verdades estabelecidas nem métodos a serem rigidamente seguidos, pois a investigação histórica é um ato contínuo de “ver” e de criação de textos, ou seja, de dar forma aos temas.

Denise A. Soares de Moura
Mestranda em História da FFLCH - USP